

RAFAEL GUIMARÃES

# RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO

TÉCNICA DE ELABORAÇÃO,  
PROCESSAMENTO E JULGAMENTO

Prefácio

**JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA**

---

Questões atinentes ao procedimento  
na presidência do tribunal local  
e nos tribunais superiores

Efeito translativo

Técnica de elaboração e metodologia dos  
embargos de divergência

Fluxogramas do processamento dos recursos  
excepcionais

Vídeoaulas tratando de algumas celeumas  
trazidas pelo CPC/2015



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

# Recursos especial e extraordinário: técnica de elaboração, processamento e julgamento

RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES

© desta edição [2020]

*Diagramação eletrônica:* Linotec Fotocomposição e Fitolito Ltda., CNPJ 60.442.175/0001-80

*Impressão e encadernação:* Forma Certa Gráfica Digital Ltda., CNPJ 07.691.829/0001-27

## THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO

*Diretora Responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

1161082

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

*e-mail* de atendimento ao consumidor: [sacrt@thomsonreuters.com](mailto:sacrt@thomsonreuters.com)

*e-mail* para submissão dos originais: [aval.livro@thomsonreuters.com](mailto:aval.livro@thomsonreuters.com)

Conheça mais sobre Thomson Reuters: [www.thomsonreuters.com.br](http://www.thomsonreuters.com.br)

Acesse o nosso *eComm*

[www.livrariart.com.br](http://www.livrariart.com.br)

Impresso no Brasil [10-2019]

Profissional

Fechamento desta edição [03.09.2019]



ISBN 978-85-5321-992-6

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
PREFÁCIO.....	7
NOTA INTRODUTÓRIA.....	13
RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO: RECURSOS EXCEPCIONAIS E SEU ENQUADRAMENTO NO SISTEMA RECURSAL BRASILEIRO.....	15
1.1. Os recursos em geral: conceito e natureza. Fundamentos do direito de recorrer.....	15
1.2. O que são recursos excepcionais?.....	28
1.3. Os recursos excepcionais e o princípio do duplo grau de jurisdição ....	34
1.4. Proibição da reformatio <i>in pejus</i> .....	44
1.5. Efeitos devolutivo e translativo.....	47
2 FINALIDADE DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS E FUNÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	51
2.1 Recursos excepcionais: cassação e revisão.....	51
2.2 A função nomofilática exercida pelos Tribunais Superiores no julgamento dos recursos excepcionais.....	58
3 DO RECURSO ESPECIAL: FUNDAMENTO, HIPÓTESES DE CABIMENTO E TÉCNICA DE ELABORAÇÃO.....	65
3.1 Fundamento do recurso especial: a contrariedade ou negativa de vigência à Lei Federal ou a tratado.....	65
3.2 Decisão que julga válido ato de governo local em detrimento de Lei Federal. O art. 105, III, <i>b</i> , da CF/88.....	72
3.3 Recurso especial por divergência jurisprudencial. A alínea <i>c</i> do inc. III do art. 105 da CF e as regras de apresentação e fundamentação do recurso fundado em acórdão paradigma.....	77
3.4 A possibilidade de inserção na constituição do “filtro” da relevância de questão federal para fins de cabimento de recurso especial.....	91

3.5	A transposição dos requisitos constitucionais para a petição de recurso especial. Técnica de elaboração do recurso.....	96
3.6	Proposta de razões recursais de recurso especial .....	101
4	DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FUNDAMENTO, HIPÓTESES DE CABIMENTO E TÉCNICA DE ELABORAÇÃO.....	109
4.1	Fundamento do recurso extraordinário: violação direta à constituição ...	109
4.2	Decisão que declara a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal...	113
4.3	Decisão que julga válida lei ou ato de governo local contestado em face da constituição.....	117
4.4	Decisão que julga válida lei local contestada em face de Lei Federal ....	120
4.5	Demonstração da repercussão geral nas razões de recurso extraordinário....	123
4.5.1	Atuação do STF e dificuldades decorrentes da criação do “filtro” da repercussão geral.....	123
4.5.2	Disciplina normativa da repercussão geral .....	132
4.6	Técnica de elaboração da petição de recurso extraordinário.....	143
4.7	Proposta de razões de recurso extraordinário .....	145
5	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS.....	149
5.1	Competência para a realização dos juízos de admissibilidade e de mérito dos recursos excepcionais .....	149
5.2	Da decisão proferida na origem que não admite o recurso excepcional e o cabimento de agravo em recurso especial e em extraordinário (art. 1.042 do CPC) .....	155
5.3	Negativa de seguimento do recurso excepcional decorrente de observância de precedente qualificado e o cabimento de agravo interno (art. 1.021 do CPC). Decisão com duplo fundamento e cabimento dos agravos previstos no art. 1.021 e no art. 1.042 do CPC .....	157
5.4	Exame dos fundamentos e das hipóteses de cabimento dos recursos excepcionais.....	161
5.4.1	Questão controvertida eminentemente de direito.....	161
5.4.2	Da obrigatoriedade de a causa ter sido decidida. O prequestionamento.....	170
5.4.3	Decisão recorrida proferida por um Tribunal.....	185
5.4.4	Esgotamento das instâncias ordinárias .....	187
5.5	Fluxograma dos procedimentos iniciais dos recursos excepcionais ....	190
6	O JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS. JUÍZO DE CASSAÇÃO E JUÍZO DE REVISÃO .....	193
6.1	Realização do juízo de cassação e a função nomofilática exercida pelos Tribunais Superiores .....	193

6.2	Desempenho do juízo de cassação e do juízo de revisão no julgamento dos recursos excepcionais. Perfis comparatísticos e a sistemática do direito brasileiro .....	200
6.3	Recurso extraordinário com repercussão geral e recursos especial e extraordinário repetitivos; juízos de cassação e de revisão realizados através de um método peculiar de julgamento .....	212
6.4	Fluxograma do juízo de mérito dos recursos excepcionais .....	216
7	TÉCNICA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS E COGNIÇÃO <i>EX OFFICIO</i> DE MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA .....	219
7.1	As matérias de ordem pública e a cognição de ofício .....	219
7.1.1	O conceito de matéria de ordem pública .....	219
7.1.2	A constatação das matérias de ordem pública no sistema jurídico brasileiro e a possibilidade de sua cognição de ofício .....	227
7.1.3	Alguns exemplos de matérias de ordem pública no ordenamento jurídico brasileiro .....	229
7.1.4	A autorização legal para o conhecimento de ofício das matérias de ordem pública .....	236
7.1.5	O contraditório obrigatório para o conhecimento de ofício ....	238
7.1.6	O conhecimento das matérias de ordem pública nos recursos .....	242
7.2	Técnica de julgamento dos recursos excepcionais, juízos de admissibilidade e de mérito, de cassação e de revisão .....	246
7.3	Os conteúdos da Súmula 456 do STF e do art. 257 do RISTJ .....	248
7.4	Conhecimento de matérias de ordem pública nos recursos excepcionais ....	257
7.4.1	Um embate entre os recursos excepcionais e a cognição de ofício .....	257
7.4.2	O conhecimento das matérias de ordem pública independentemente da admissibilidade do recurso .....	264
7.4.3	A possibilidade de conhecimento de ofício diante do princípio do devido processo legal e do acesso à justiça (cf. art. 5.º, incs. XXXV e LIV, da CF/88) .....	271
7.4.4	A possibilidade de cognição de ofício somente após o conhecimento dos recursos excepcionais .....	277
7.4.5	A possibilidade de conhecimento das matérias de ordem pública, desde que possível sua compreensão pelo acórdão recorrido ...	284
7.4.6	A impossibilidade de conhecimento de matérias de ordem pública nos recursos excepcionais ante a inexistência de seu efeito translativo .....	294
7.4.7	A possibilidade de conhecimento das matérias de ordem pública somente no juízo de revisão, como forma de conciliar a função	

	nomofilática dos recursos excepcionais com o dever do magistrado de conhecer de ofício as matérias de ordem pública.....	302
7.4.8	As influências do Código de Processo Civil sobre a cognição de ofício nos recursos excepcionais. A inteligência dos arts. 1.034 e 485, § 3.º, do CPC.....	310
8	TÉCNICA DE ELABORAÇÃO, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	323
8.1	Função do recurso. Institutos afins.....	323
8.2	Disciplina do direito brasileiro. Perfis comparatísticos.....	325
8.3	Cabimento dos embargos de divergência.....	330
8.3.1	Da decisão impugnada pelo recurso de embargos de divergência....	330
8.3.1.1	Da necessidade de a decisão impugnada ser de recurso excepcional.....	330
8.3.1.2	Da necessidade de a decisão impugnada ser proferida por turma.....	331
8.3.1.3	Da necessidade de a decisão impugnada ser colegiada....	333
8.3.1.4	Da obrigatoriedade de a decisão impugnada versar sobre o mérito do recurso excepcional.....	335
8.3.2	Do acórdão utilizado como paradigma nos embargos de divergência.....	337
8.3.2.1	Da origem do acórdão paradigma.....	337
8.3.2.2	Da necessidade de demonstração analítica da divergência entre teses jurídicas.....	338
8.3.2.3	Da questão da preservação da competência. Da necessidade de ser entendimento recente o utilizado como paradigma. Da possibilidade de o acórdão paradigma ser o mesmo que fundamentou o recurso excepcional.....	340
8.4	Competência para julgamento.....	343
8.5	Procedimento do recurso.....	344
8.6	Efeitos do julgamento dos embargos de divergência.....	346
8.7	Proposta de razões recursais de embargos de divergência.....	347
	BIBLIOGRAFIA.....	351